



**ACÓRDÃO Nº1956/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12949/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama – FAPEMUC.
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Sr. Barnabé Andrade Leitão, Diretor-Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões de Canutama-FAPEMUC.
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1379/2022-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama – FAPEMUC. Exercício de 2020.

*Irregularidade. Revelia. Multa. Alcance.  
Encaminhamento. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Barnabé Andrade Leitão**, responsável pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões de Canutama-FAPEMUC, exercício de 2020;
- 10.2. **Considerar revel** com esteio no art. 20, § 4º, da Lei nº 2.423/96, o **Sr. Barnabé Andrade Leitão**;
- 10.3. **Aplicar multa ao Sr. Barnabé Andrade Leitão** no valor total de R\$ 20.481,58 conforme descrição a seguir:
  - 10.3.1. **R\$ 13.654,39** com base no art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, devido à manutenção dos achados nº 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 do Relatório Conclusivo nº 04/2022-DICERP;



**ACÓRDÃO Nº1956/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.3.2. \$ 6.827,19** com base no art. 54, V, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, V, do RI-TCE/AM em razão do dano ao erário descrito no item 4 do Relatório Conclusivo nº 04/2022-DICERP;

e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da condenação, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Considerar em Alcance ao Sr. Barnabé Andrade Leitão** no valor de R\$ 133.490,42 e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa descrito no item 4 do Relatório Conclusivo nº 04/2022-DICERP, na esfera Municipal para o órgão Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama–FAPEMUC,
- 10.5. Encaminhar** cópia dos autos ao douto Ministério Público Estadual para que apure, se assim entender, as irregularidades descritas no Relatório Conclusivo nº 04/2022-DICERP, sobretudo no que se refere à ausência de transferências de contribuições previdenciárias e alíquota complementar por parte da gestão do **Sr. Otaniel Lyra de Oliveira**, Prefeito de Canutama à época dos fatos;
- 10.6. Determinar** à Comissão de Inspeção - DICERP que, no âmbito dos autos do processo nº 12.058/2021, notifique o **Sr. Otaniel Lyra de Oliveira** para que, no prazo descrito no art. 86, *caput*, do RI-TCE/AM, apresente defesa em virtude da ausência de repasse de contribuições previdenciárias e alíquota complementar ao FUPEMAC durante o



**ACÓRDÃO Nº1956/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

exercício de 2020;

**10.7. Dar ciência do desfecho destes autos ao Sr. Barnabé Andrade Leitão.**

**11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 22 de Novembro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral